



Alice enfrenta Bolsonaro na Comissão de Educação da Câmara



Alice e Rui Oliveira: as vozes da Educação na Bahia



Alice sempre ao lado da juventude em defesa da Educação na Bahia

## O DESMONTE DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO

A educação brasileira nunca foi tão atacada como no governo Bolsonaro. Estudantes, professores, funcionários das escolas e entidades do setor educacional são perseguidos, as universidades, os Institutos Federais e a Educação Básica se tornaram alvos de duros cortes, com a intenção clara de sucateá-las para abrir caminho para a privatização. A deputada federal **ALICE PORTUGAL (PCdoB/BA)** sempre esteve na linha de frente na luta contra os ataques de Bolsonaro e sua trupe ao setor educacional.



Alice na luta contra Bolsonaro, o maior inimigo da Educação

## QUINTO MINISTRO E CORRUPÇÃO NO MEC

A Educação não é prioridade deste governo. Estamos no quinto ministro e o **MEC** se transformou num **balcão de negócios**. Os escândalos já revelados incluem a articulação de falsos líderes religiosos lobistas que pediam propina (inclusive barras de ouro) para prefeitos em troca de liberação de recursos; o sobrepreço na aquisição de ônibus escolares; verbas para a construção de escolas fake; envio de kits de robótica a colégios que nem têm água encanada; além de um esquema de consultorias fake, que funcionam por meio de empresas laranja. São denúncias que exigimos apuração.

# A EDUCAÇÃO TEVE O MAIOR CORTE DE VERBAS

Em 2022, o MEC teve o segundo maior corte no Orçamento. A pasta sofreu uma redução de verbas de R\$ 736,3 milhões. Tiraram R\$ 402 milhões da Educação Básica e as universidades federais tiveram um orçamento 12% menor do que no primeiro ano do governo. O desenvolvimento científico e tecnológico também foi duramente atacado. O corte de 51% no orçamento de bolsas da CAPES e PIBID em meio à pandemia afetou as pesquisas e o CNPq tem o menor orçamento do século 21.

Bolsonaro promove o maior desmonte da Educação já visto na história brasileira. A luta pelo setor e pelos direitos dos seus profissionais está na ordem do dia. Precisamos seguir erguendo alto a voz contra os retrocessos e por uma **Educação pública, gratuita e de qualidade**. Contestamos as definições autoritárias como a mudança das bases curriculares, relegando a qualidade a segundo plano, o veto à conectividade das escolas na pandemia e, agora, o impedimento de acesso dos professores à banda larga.



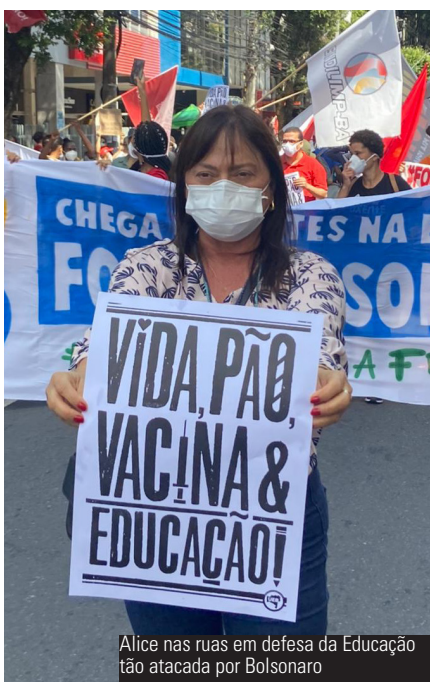
Alice em ato em Brasília pela recomposição do orçamento da Educação

## EDUCAÇÃO BÁSICA SOB AMEAÇA!

Os recursos da Educação Básica geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foram reduzidos de R\$ 45 bilhões em 2014 para R\$ 20 bilhões em 2021. O setor sofreu reduções drásticas justamente num cenário em que a educação deveria ser vista como prioritária. **A recomposição do orçamento do setor é uma das prioridades da luta de ALICE na Câmara dos Deputados, que segue cobrando soluções do governo Bolsonaro para os impasses e cortes.** A parlamentar também segue denunciando a Emenda Constitucional 95, do Teto de Gastos, que impede mais investimentos nas políticas sociais, em especial na Educação.

Já em 2022, o corte de R\$ 402 milhões da educação básica afeta diretamente a infraestrutura das escolas, o programa de transporte escolar, a oferta de ensino integral para adolescentes, o ensino médio, dentro outros programas do FNDE. Com todo esse desmonte, o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) fica comprometido. No ritmo que se tem avançado, cerca de 85% dos dispositivos das metas do PNE não serão cumpridos até o prazo de 2024. Ainda não cumpriram os 10% do PIB para a educação.

ALICE PORTUGAL: UM MANDATO A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO



Alice nas ruas em defesa da Educação tão atacada por Bolsonaro

## O DESMONTE DA EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

### ORÇAMENTO DO MEC

Em R\$ bilhões

ANO	PREVISÃO <sup>1</sup>	EXECUTADO <sup>2</sup>
2015*	174,4	114,9
2016*	158,2	129,9
2017	140,84	126,22
2018	139,91	120,22
2019	149,74	119,77
2020	142,11	114,25
2021	145,70	90,29
2022	134,6**	-

1. Recursos previstos para a educação pública no orçamento da União.

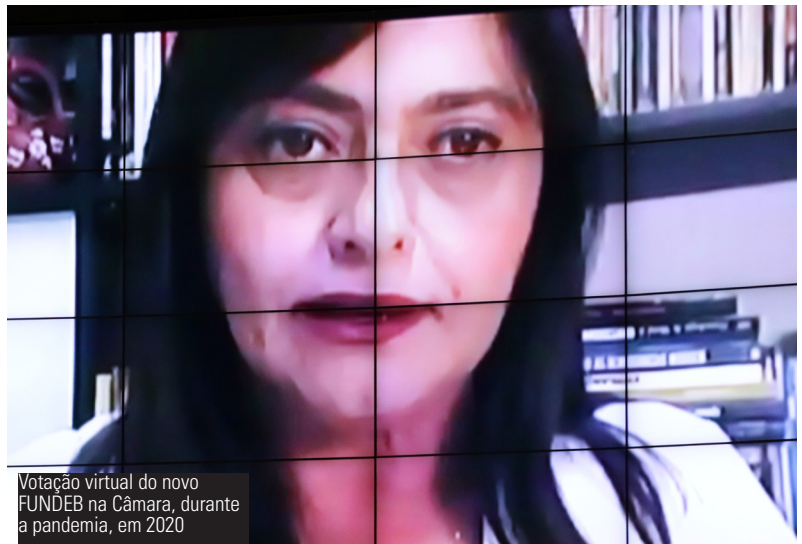
2. Valores executados.

\*\*Projeção da Lei Orçamentária (LOA) enviada ao Congresso Nacional. Valores destinados ao MEC

e unidades orçamentárias vinculadas (como institutos federais, universidades, Inep e Capes).

Fontes: MEC, Portal da Transparência, \*Todos pela Educação

## APESAR DE BOLSONARO, EDUCAÇÃO OBTEM VITÓRIAS



Votação virtual do novo FUNDEB na Câmara, durante a pandemia, em 2020

## NOVO FUNDEB E SUA REGULAMENTAÇÃO

Na condição de uma das autoras do Piso Salarial Nacional dos Professores, o FUNDEB é parte fundamental da atuação parlamentar de ALICE PORTUGAL. A deputada teve papel decisivo na aprovação do novo FUNDEB em 2020, momento histórico para a educação brasileira, quando foi aprovada a constitucionalização de uma política permanente para a educação, com foco na redução de desigualdades e com novos incentivos ao avanço dos indicadores de qualidade educacional, beneficiando milhões de brasileiros.

O **FUNDEB** é uma das maiores conquistas da Educação pública, porque garante recursos para o funcionamento das escolas públicas (infraestrutura, material didático, merenda), além de pagamento dos professores e professoras. Em 2021, **ALICE** lutou pela regulamentação do Fundo, para que fosse possível sua implementação em todo território brasileiro.

**ALICE** também travou uma grande luta com o governo Bolsonaro para que não fossem retirados recursos do FUNDEB para o programa Auxílio Brasil, que substituiu o programa Bolsa Família.

## PISO SALARIAL É LEI E TEM QUE SER CUMPRIDO

O piso do magistério é a principal política de valorização dos que são “arquitetos das pessoas”. Os professores são os responsáveis pela formação, pela orientação e pelo futuro dessas gerações.

No início deste ano, através da luta no parlamento e nas ruas atualizamos o valor e a legalidade do Piso. Uma campanha de desinformação foi articulada, usando “FAKE NEWS”, para dizer que a Lei do NOVO FUNDEB mudava o critério de reajuste do Piso.

Derrotamos a mentira! Como está previsto na Lei 11.738/2008, o Piso deve ser reajustado pelo custo/aluno.

O STF, no dia 27 de fevereiro de 2013 reconheceu a constitucionalidade do Piso, que passou a valer desde 27 de abril de 2011. A decisão tem efeito “erga omnes”, isto é: OBRIGA A TODOS OS ENTES FEDERATIVOS A CUMPRIR A LEI. No entanto, há estados e municípios que se recusam a cumprir a lei.

A nossa luta barrou as manobras jurídicas e haverá de vencer os “FORA DA LEI”, pois o Piso é Lei! Para 2022, o Piso é de R\$ 3.845,73, ou seja, nem um centavo a menos.

Agora a batalha é fazer valer. Nenhum professor quer quebrar um estado ou município, porém quer se libertar da sub-remuneração a que está submetido.

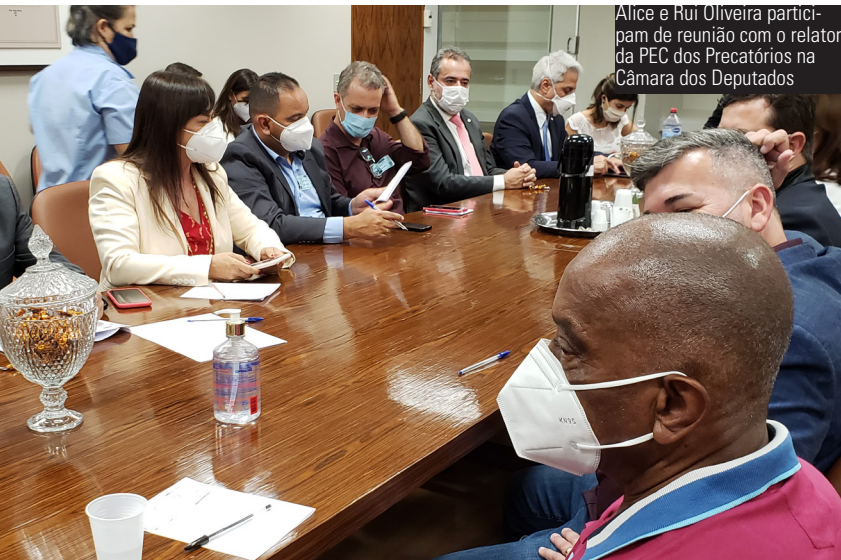


Professores e professoras nas ruas pelo pagamento do piso salarial



Na Bahia, professores e professoras de diversas cidades estão em greve para cobrar das prefeituras o cumprimento do piso. Juntamente com a APLB Sindicato, do seu coordenador geral, professor Rui Oliveira, Alice segue acompanhando as manifestações, discutindo com os prefeitos, cobrando a abertura de negociações e repudiando a repressão contra a categoria!

A greve em Salvador revela a face do governo ACM-Bruno Reis, que foram contra as cotas e agora travam o Piso.



Alice e Rui Oliveira participam de reunião com o relator da PEC dos Precatórios na Câmara dos Deputados

## PAGUEM OS PRECATÓRIOS DO FUNDEF

Em 2021, Bolsonaro estimula a PEC 23, chamada PEC do Calote, para confiscar precatórios, que são dívidas da fazenda pública com terceiros. Com a PEC do Calote, os mais prejudicados seriam os professores e professoras de todo o país. Através de mobilização dos educadores, tivemos que aprovar duas leis, para finalmente garantir o pagamento dos precatórios, que deverão ser honrados em três parcelas, conforme acordo firmado entre os governadores e o Congresso Nacional.

Rui Oliveira, que coordenou o Fórum Nordeste pelos Precatórios, foi peça fundamental para esta conquista.

A regulamentação foi aprovada por 416 a 11 votos, num substitutivo do deputado Idilvan ao PL 10.880/2011, garantindo o percentual de 60% para os professores e 40% para os entes.



Foto: Hélio Martins

Em luta na Câmara dos Deputados em defesa dos Precatórios

## PEC 32 DERROTADA!

ALICE PORTUGAL: UM MANDATO A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO



Ao lado dos servidores e servidoras em luta contra a PEC 32

A PEC 32, a reforma administrativa de Bolsonaro, tem como objetivo acabar com o serviço público no Brasil. A Educação é um setor cruelmente atacado pela proposta, que fragiliza as escolas e retira direitos dos servidores públicos do segmento educacional.

ALICE, coordenadora da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, teve uma atuação destacada e determinante na luta contra a PEC 32. Em 2021, esteve ao lado dos servidores e servidoras diuturnamente nas mobilizações realizadas na Câmara dos Deputados e também no estado da Bahia para barrar esta proposta nefasta.

A mobilização feita pelos servidores e categorias do serviço público ao lado dos parlamentares no Congresso Nacional valeu a pena, mas deverá ser mantida para evitar que a proposta ressuscite neste ano de 2022. Alice se mantém na

linha de frente contra a PEC 32 e os seus prejuízos para a Educação pública.

A reforma administrativa “voucherizava”, ou seja, dava um valor pagamento de escolas e creches e permitia que um não licenciado ministrasse aulas, além de reformar e precarizar o Regime Jurídico Único, acabando com direitos consagrados. Bolsonaro detona os direitos trabalhistas, a Previdência Social, mas perdeu a PEC 32.

### BOLSONARO ABANDONA OBRAS DE ESCOLAS NA BAHIA

O MEC travou a liberação neste ano de R\$ 434 milhões a prefeituras de todo o Brasil, deixando paradas construções de creches, escolas, salas de aulas e quadras.

Os registros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mostram ao todo 2.577 obras

classificadas como inacabadas no país. A Bahia ocupa a terceira posição na lista de estados com projetos inacabados, com 277 obras paradas. O Maranhão é o estado com mais projetos classificados dessa forma, seguido do Pará. Isso demonstra um claro desmonte da educação pública no Brasil pelo governo Bolsonaro.



Estudantes fazem protesto no Colégio Estadual Thales de Azevedo contra censura

## CULTURA DE ÓDIO NA EDUCAÇÃO

Com o governo Bolsonaro, a liberdade de cátedra e a autonomia universitária estão ameaçadas. As universidades não podem mais escolher seus reitores. A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação asseguram a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. É a liberdade plena que os professores possuem de discutir diversos assuntos que entendam importantes para o ensino em sala de aula e em seus grupos de pesquisa ou estudos.

Porém, projetos defendidos pelo atual governo ameaçam a liberdade de ensino, como a proposta de escola sem partido que derrotamos no Congresso.

São crescentes as denúncias de perseguição e queixas policiais contra professores e professoras de todo o país. Na Bahia, tivemos o caso absurdo de uma professora de Filosofia, do Colégio Estadual Thales de Azevedo, que foi intimada em delegacia por “doutrinação feminista” e conteúdo de cunho “esquerdista”.

A intimação feriu a liberdade e autonomia pedagógica, que são princípios constitucionais, além de interferir na autonomia de projeto de formação humana, crítica e socialmente ativa. A deputada **ALICE** denunciou, da tribuna da Câmara dos Deputados, para que nunca mais se repita.



Alice durante audiência na Câmara dos Deputados sobre o projeto Escola Sem Partido

# EDUCAÇÃO DOMICILIAR É UM GRAVE ATAQUE À EDUCAÇÃO

O projeto que regulamenta a educação domiciliar no Brasil foi aprovado em 2022 na Câmara dos Deputados e está tramitando no Senado Federal. **ALICE** foi uma guerreira que lutou para barrar a aprovação da proposta, que é uma verdadeira manobra do governo Bolsonaro para esvaziar a escola pública. Escola é centro de vivência, é espaço de crescimento. É, acima de tudo, um direito da criança e do adolescente.

O **HOMESCHOOLING** como uma modalidade educacional nega o trabalho dos professores e professoras na sala de aula. A educação domiciliar só deve substituir a escola em determinados casos. A proposta é excludente, preconceituosa e elitista. Ignora a vivência coletiva na escola e acaba com o conceito de educação pública.

O homeschooling deve ser uma ferramenta que se lance mão diante de uma indicação médica ou psico-pedagógica. Jamais como uma modalidade. Além de roubar a infância, instala um apartheid inaceitável. Seguimos em luta contra mais esse retrocesso!



Alice teve atuação destacada na luta contra o projeto do homeschooling

## ALICE E RUI: A EDUCAÇÃO QUER ESSA DOBRADINHA

6 ALICE PORTUGAL: UM MANDATO A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO



Alice e Rui: dois guerreiros da Educação na Bahia

Alice Portugal tem sido uma das mais importantes vozes em defesa da educação pública e gratuita do Brasil. Esteve presente em todas as lutas desde aprovação do primeiro FUNDEB, sendo autora do piso salarial, depois do segundo FUNDEB, a sua regulamentação, a luta pelos precatórios, a sua regulamentação e, sem dúvida, tem sido a vocalizadora dos principais conceitos em defesa da escola pública gratuita e de qualidade no nosso país.

Defende a educação como direito, direito fundamental, e essa voz precisa ser mantida com toda energia na Câmara dos Deputados. Alice, como membro da Comissão de Educação, é pré-candidata a deputada federal, mas precisa de uma parceria segura para continuar essa luta. Por isso, apoia de maneira decidida a pré-candidatura do professor Rui Oliveira para deputado estadual. É preciso dar voz e dar luz na Assembleia Legislativa da Bahia à luta dos professores, dos funcionários das escolas, dos direitos à educação. É muito importante que essa dobradinha seja uma dobradinha vitoriosa e absolutamente dedicada à luta e à defesa dos interesses da Educação baiana.